

Hipocrisia do analista e branquitude: os limites da analisabilidade na formação de psicanalistas no Brasil

Analyst hypocrisy and whiteness: the limits of analyzability in the training of psychoanalysts in Brazil

Gilberto Souza Apolonio*
Julio Sergio Verztman**

Resumo

O presente artigo pretende discutir o impacto do ideal de branquitude na clínica, na análise pessoal e na formação dos analistas brasileiros, culminando em um processo que denominamos de “hipocrisia da branquitude psicanalítica”. Realizaremos um breve percurso pelas obras de Freud e de Ferenczi no que diz respeito à importância que eles conferiram à análise pessoal do analista e sua eterna insuficiência. Em seguida, investigaremos certos aspectos da construção do ideal de branquitude em nosso país e o silenciamento da discussão racial em nossa cultura. Por fim, discutiremos os resultados nefastos do processo de “nada querer saber” dos analistas brasileiros sobre seus processos de racialização.

Palavras-chave: Psicanálise. Racismo. Hipocrisia. Branquitude. Formação psicanalítica.

Abstract

The present article aims to discuss the impact of the ideal of whiteness in the clinic, in the personal analysis, and in the training of Brazilian analysts, culminating in a process that we call the “hypocrisy of psychoanalytic whiteness”. We will make a brief journey between the works of Freud and Ferenczi in regard to the importance they gave to the analyst’s personal analysis and its eternal insufficiency. Next, we will investigate certain aspects of the construction of the ideal of whiteness in our country and the silencing of racial discussion in our culture. Finally, we will discuss the nefarious results of the process of “not wanting to know” by Brazilian analysts about their racialization processes.

Keywords: *Psychoanalysis. Racism. Hypocrisy. Whiteness. Psychoanalytical training.*

* Psicólogo, psicanalista. Mestrando em teoria psicanalítica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro Associado em Formação no Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ). Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sandor Ferenczi. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. gilbertoapolo@outlook.com

** Psicanalista, psiquiatra. Professor do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP-UFRJ) e do Mestrado Profissional em Atenção Psicossocial no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB-UFRJ). Coordenador no Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade (NEPECC). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. juvertzman@gmail.com

Este artigo tem por objetivo repensarmos o lugar do analista e a influência da sua “pessoa” no decorrer do processo analítico. Almejamos estabelecer uma discussão sobre como o projeto de embranquecimento da sociedade brasileira e “o mito da democracia racial” puderam atravessar os campos da produção teórica e da prática psicanalítica no país. Intentamos também discutir como a branquitude pode ser operacionalizada como dispositivo regulador dos limites da analisabilidade entre nós. Sugerimos que o descrédito dos psicanalistas para com seu próprio processo de racialização traz consequências nefastas para uma prática que chamaremos aqui de “hipocrisia da branquitude psicanalítica”.

Considerando também as contribuições das ciências fronteiriças da psicanálise, agruparemos os elementos necessários para pensar o racismo no Brasil – tendo como operador central os ideais e as práticas derivadas do valor da branquitude. Isto nos permitirá examinar os efeitos deste ideal regulatório sobre o lugar, a subjetividade e a formação dos/as psicanalistas brasileiros/as, assim como as implicações deste universo valorativo em suas práticas clínica e política.

Um breve histórico e algumas considerações em torno da técnica psicanalítica

Em um artigo que precede aos conhecidos seis escritos técnicos da obra freudiana – que percorrem de 1911 a 1914 – intitulado *Sobre psicanálise “selvagem”*, Freud (1910/2017) toma como exemplo a situação de uma paciente queixosa frente a uma dada interpretação feita pelo seu médico. Ela o procura a fim de confirmar o que esse outro dissera sobre a natureza sexual de sua angústia. Ali podemos perceber elementos anunciadores do que começará a ser desenvolvido acerca do estilo e do manejo na clínica.

Neste texto de 1910, Freud dará relevância à forma como é usada a interpretação e o que está em jogo nessa comunicação entre inconscientes. Dirá que o “tato”, na experiência psicanalítica, é um “dom especial” que não pode ser apreendido por meio de regras técnicas. Para ele, “(...) não é suficiente para o médico conhecer alguns dos resultados da psicanálise; ele precisa ter se familiarizado com a sua técnica, se quiser conduzir sua atuação médica seguindo as perspectivas psicanalíticas” (FREUD, 1910/2017, p. 87-88). Ou seja, simplesmente se apropriar teoricamente dos resultados de um processo de análise, de suas fundamentações teóricas e de seus imperativos éticos não oferece garantia de que um candidato a analista poderá sustentar um espaço de análise. Antes

de mais nada, o próprio analista terá que ter provado em sua carne a experiência analítica:

(...) ele mesmo confiado às suas reservas anímicas e corporais sem que se coloque para ele a tentação de dominá-las e explorá-las. Trata antes de deixá-las livres para suas próprias operações sem as censuras e controles que a consciência necessariamente impõe ao psiquismo” (FIGUEIREDO; COELHO JR., 2000, p. 22).

Freud tinha diversos motivos para ter reservas quanto à construção de um “tratado sobre a técnica” ou a elaboração de escritos técnicos. Ao menos dois deles nos interessam: uma motivação política/institucional e uma motivação clínica. Naquele momento, Freud estava empenhado em definir o que seria uma prática psicanalítica propriamente dita, já que estava tentando consolidar a psicanálise como ciência. Contudo, também precisava se manter atento às implicações clínicas que estas “definições” acerca da psicanálise poderiam acarretar no cenário da prática. A esta altura, Freud já teria notado que grande parte dos excessos no manejo da interpretação não ocorriam apenas por inabilidades teóricas ou por ausência de recursos técnicos por parte dos jovens analistas, mas ocorriam especialmente em função de ganhos de natureza narcísica.

Desta forma, ao aconselhar os analistas sobre o manejo técnico, Freud tinha o intuito de “interditar e dissuadir certos procedimentos entre analistas inexperientes e ‘afoitos’” do que elencar um conjunto de procedimentos que levassem um analista a rituais obsessivos com vistas ao controle do processo analítico. Importante ressaltar que “(...) [conforme Lohser e Newton apontaram, o termo alemão *Ratschlage*, que Freud adota para seus trabalhos sobre a técnica, merecia ser traduzido como ‘pequenos conselhos’ – dicas – e não como ‘recomendações’. A tradução inglesa dá uma impositação excessiva ao que é uma fala muito mais modesta e trivial” (FIGUEIREDO; COELHO JR., 2000, p. 14).

Na parte VII do texto de 1937, *A análise finita e a infinita*, Freud irá retomar a questão da segunda regra fundamental da psicanálise, “a análise do analista”, a partir das contribuições feitas por Ferenczi numa conferência realizada dez anos antes da publicação deste texto. Diz ele:

Ferenczi ainda acrescenta a observação valiosa de quão fundamental é para o sucesso que o analista tenha aprendido a partir de seus próprios “enganos e erros” e que tenha adquirido domínio sobre os “pontos fracos da própria personalidade”. Isso nos

permite um importante acréscimo ao nosso tema. Não é apenas a constituição do Eu do paciente, mas também a peculiaridade do analista que tem um lugar importante entre os momentos que influenciam as perspectivas do tratamento analítico e o dificultam dependendo do tipo das resistências (FREUD, 1937/2017, p. 354).

Um ponto importante a ressaltar é o interesse de Freud pela “peculiaridade” da “personalidade do analista”. Freud parece concordar com Ferenczi sobre a influência desta no processo analítico. Em seguida, o autor irá dizer que muitos opositores da psicanálise usarão, com escárnio, o argumento de que, como os analistas não analisaram totalmente suas personalidades – o que a rigor lhe parece impossível – os praticantes da psicanálise sempre sofreriam a influência dos conteúdos não analisados. Isso inviabilizaria um processo de análise bem-sucedido com influência prática decisiva, diriam esses adversários. Em uma parte subsequente do texto, entretanto, Freud se contrapõe a este argumento da seguinte forma:

Poderíamos rechaçar essa crítica como sendo uma exigência injusta. Analistas são pessoas que aprenderam a exercer determinada arte e que paralelamente a isso podem ser pessoas como as outras. Também não dizemos que alguém não serve para ser um médico internista se os seus órgãos internos não estiverem saudáveis; pelo contrário, podemos obter certa vantagem a partir disso, na medida em que, por exemplo, alguém ameaçado pela tuberculose acaba se especializando no tratamento de tuberculose. Mas os casos não são da mesma ordem. O médico que sofre do pulmão ou do coração, desde que esteja em condições de trabalho, não será impedido por sua doença nem de realizar diagnósticos nem de aplicar uma terapia para sofrimentos internos do corpo, ao passo que o analista, devido às condições especiais do trabalho analítico, realmente será prejudicado por seus próprios defeitos, na medida em que terá dificuldade em apreender as condições do paciente de forma correta e reagir a elas de modo adequado. Portanto, há razões em se exigir do analista um grau mais elevado de normalidade psíquica e correção, como parte da comprovação de sua habilidade profissional; acrescenta-se a isso que ele ainda necessita de uma certa superioridade para funcionar como modelo para o paciente em determinadas situações analíticas e em outras como professor. E, por fim, não vamos esquecer que a relação analítica é baseada no amor à verdade, isto é, no reconhecimento da realidade, excluindo toda e qualquer aparência e falseamento (FREUD, 1937/2017, p. 354-355).

Gostaríamos de destacar ao menos três pontos importantes: (1) a condição do analista de “pessoa como as outras”; (2) a história do analista, seus “defeitos” e seus efeitos sobre a clínica; e (3) a saúde do analista.

Freud achou necessário sublinhar que a condição humana do analista não deve ser hierarquizada frente aos sujeitos não analisados, já que sua posição não exclui sua subjetividade. O fato de ter passado por uma experiência de análise não o exime, de tempos em tempos, de precisar voltar ao seu tratamento. Ou, mesmo que o faça, isto não o isenta de cometer erros. Freud ainda irá recomendar que:

Todo analista, periodicamente, por exemplo, a cada cinco anos, deveria voltar a se tornar objeto da análise, sem se envergonhar desse passo. Isso significaria, portanto, que também a própria análise se transformaria de tarefa finita em tarefa infinita, e não apenas a análise terapêutica do doente (FREUD, 1937/2017, p. 357).

Segue dizendo:

Aparentemente, não podemos exigir que o futuro analista seja um ser completo antes de se ocupar com a análise, ou seja, que apenas pessoas de uma completude tão perfeita e tão rara possam se dedicar a essa profissão. Onde e como o pobre coitado poderá adquirir aquela habilitação ideal, necessária em sua profissão? A resposta será: na própria análise, com a qual começa a preparação para sua atividade futura (FREUD, 1937/2017, p. 356).

Freud evita que este profissional se veja ou seja visto como “ideal de eu” para seus pacientes e para a sociedade. Isto “tornaria impossível encaminhar a análise das resistências, liquidar o amor de transferência e suportar o impacto das transferências negativas e analisá-las enquanto prevalecem aqueles ganhos narcisistas por parte do analista” (FIGUEIREDO; COELHO JR., 2000, p. 20). A natureza do ofício de psicanalista exige um comprometimento orgânico com a indeterminação de sua própria história e ele permanece, assim, situado em relação aos vetores sociopolíticos que o atravessam. Será na análise pessoal que o analista poderá reconhecer as suas próprias peculiaridades pessoais e históricas, bem como suas limitações, o que, por sua vez, será fator determinante para possíveis sucessos no acompanhamento de análises futuras.

Esta concepção alarga a abrangência da psicanálise no que diz respeito ao manejo da técnica. Considerar que a “personalidade” do analista possa ofere-

cer recursos para a condução do processo analítico implica não confundir reserva com neutralidade.

No texto *O problema do fim da análise*, Ferenczi (1927/2011) resgata um tema importante com o qual já havia trabalhado dez anos antes em um compilado de quatro artigos denominado *A técnica psicanalítica* (FERENCZI, 1918/2011). Nestes textos, Ferenczi irá chamar nossa atenção para a habilidade do inconsciente em conseguir se apropriar da regra fundamental da psicanálise – a associação livre – de forma nociva, como resistência ao processo analítico. Certos pacientes transgrediam, na sua opinião, a regra fundamental usando formas complexas de mentira, culminando no que Ferenczi chamou de “abuso da liberdade de associação”.

Se nesses textos Ferenczi estava atento para a apropriação indevida da primeira regra fundamental da psicanálise por parte do inconsciente do paciente, em *A elasticidade da técnica psicanalítica* (FERENCZI, 1928/2011) o autor estará atento à apropriação dos dispositivos técnicos por parte do inconsciente do analista, usados impiedosamente como forma de resistência. Resistência operada para evitar o andamento da análise e produzir um tipo de conforto incompatível com nosso ofício.

Na perspectiva ferencziana, o tratamento psicanalítico não pode ser confortável para nenhum dos sujeitos que compõem a dupla analítica.

A posição de quem se senta na poltrona não pode jamais ser confortável. Não o foi nunca para Ferenczi. O conforto é sinal de que alguma coisa grave está passando despercebida. A isso Ferenczi chamou de hipocrisia. (...) A hipocrisia do analista se dava no uso dos dispositivos técnicos, tais como a neutralidade, *setting* etc., funcionando como resistência (no sentido psicanalítico do termo) à psicanálise. Ocupar a cadeira do analista poderia ser sintoma (PINHEIRO, 2016, p. 102-3).

Desta forma, Ferenczi, que formulou a segunda regra fundamental da psicanálise, “a análise do analista”, teceu duras críticas à qualidade da análise dos analistas do seu tempo, defendendo a importância de uma análise pessoal aprofundada. Esta lhe parecia a única forma de ser atingida a sinceridade para com os pacientes e para consigo mesmo. A elasticidade é, pois, essa assimilação interior dos fundamentos teóricos da prática clínica, que só pode existir por intermédio da análise pessoal dos analistas. “Na falta da ‘introjeção’, a elasticidade torna-se um comportamento artificial” (PINHEIRO, 2016, p. 104).

Retornando, então, para a análise do analista, a importância da sua *personalidade* e suas implicações no processo analítico, algumas perguntas se im-

põem em função das motivações deste artigo: o que seria uma análise profunda? Como desenvolver uma sinceridade consigo mesmo por meio do processo de análise pessoal? Como desenvolver os recursos necessários para não se manter numa posição de hipocrisia profissional? No que concerne à responsabilidade do analista, como impedir que certos conteúdos fiquem de fora do dispositivo analítico? Como manter a elasticidade na clínica?

Frente a perguntas como essas, em tese próprias ao ofício de analista e inerentes a àqueles que exercem a psicanálise, Freud pode solidarizar-se com estes “pobres coitados analistas” por se ocuparem de uma tarefa tão exigente e dura. Diz ele: “É quase como se o analisar fosse aquela terceira das profissões ‘impossíveis’, em que se tem certeza de antemão do resultado insuficiente” (FREUD, 1937/2017, p. 355). Ferenczi, por sua vez, parece ser mais empático com os pacientes do que com seus colegas analistas. Ele condenou a hipocrisia profissional do psicanalista (recusa dos próprios afetos por parte do analista) e reafirmou a importância da análise do analista. A proposta do autor ao elencar a noção de hipocrisia, consiste em denunciar como a assimetria de poder existente na relação entre analistas e pacientes, pode adquirir destinos traumáticos. Ou seja, embora não pressuponha um funcionamento hipócrita em relação ao outro, a assimetria carrega em si um caráter regulador que produz subjetividade e baliza posições sociais. É este caráter regulador que substancializa a emergência de um funcionamento hipócrita, caracterizado popularmente no Brasil por difundir no espaço público mensagens, imagens e enunciados que aquele que as difunde sabe, ao menos de modo pré-consciente, que não correspondem nem aos seus atos, nem aos atos de suas figuras idealizadas. A hipocrisia é uma estratégia de poder colocada em marcha com a finalidade de hierarquizar os sujeitos entre aqueles a quem são permitidos comportamentos privados não regulados pelo que o hipócrita difunde no espaço público e aqueles que não são autorizados a tal. As relações entre a hipocrisia e o racismo estrutural à brasileira, deveria ser tema maior de investigação pelos psicanalistas.

O que nos interessa nesta proposta, inspirada em Freud e em Ferenczi, diz respeito a como esta concebe os limites da prática psicanalítica ao localizar o ofício do analista no horizonte das profissões “impossíveis” e ao caracterizar a análise do analista, no campo da eterna “insuficiência”. Concordamos com Freud. Afinal, é a justa capacidade do analista de se reconhecer como um sujeito cindido e em contínua análise que o faz desenvolver os recursos necessários para suportar a posição de analista. Vale explicitar, entretanto, que alocar a psicanálise no horizonte das profissões impossíveis ou no campo da insufici-

ência não implica uma seletividade de conteúdos que sejam passíveis ou não de analisabilidade.

Ferenczi, ao seu turno, denunciando formas de hipocrisia profissional, convoca os seus colegas a uma implicação de caráter político para com a experiência psicanalítica. Ele ficou conhecido como o analista dos casos difíceis. Isto por ser alguém que estava disponível a escutar o que era difícil de ser percebido pelas lentes de uma abstrata técnica clássica. A própria nomeação dos casos atendidos por Ferenczi merece atenção. O que seria um paciente difícil? Seria um paciente que contesta o conforto encontrado no manejo discutível de uma “técnica clássica”?

Na tentativa de solapar aquilo que denominou como uma “crueldade deliberada” (FERENCZI, 1932/1990, p. 224), resultado da insensibilidade do analista frente às tormentas do seu paciente – retratada pela imagem de um analista que fuma seu charuto e, em tom entediado, faz observações convencionais –, Ferenczi irá provocar um “torque” na comunidade psicanalítica, ou seja, um giro no próprio eixo da psicanálise, a fim de que seus colegas pudessem se preparar melhor para escutar aquilo que era o inaudível do seu tempo.

Será a partir destas construções *freud/ferenczianas* que iniciaremos as problematizações e os apontamentos a seguir. Defenderemos a ideia de que os processos de branqueamento e de branquitude tiveram influência profunda na formação dos psicanalistas brasileiros e, da mesma forma, balizaram suas análises pessoais. Para tanto, se faz necessário desenvolver em algumas linhas, de forma histórica e conceitual, como se deu este processo de branqueamento e de construção da branquitude no Brasil.

O inalisável e a branquitude (ou limites da insuficiência no ofício do analista)

Abdias do Nascimento e Kabengele Munanga em seus respectivos livros, *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (2016) e *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra* (2019), dissertam sobre a relação íntima entre os processos de mestiçagem e de branqueamento da sociedade brasileira. Segundo Nascimento (2016), o genocídio da população negra em marcha no Brasil está diretamente relacionado às ideologias de supremacia branca importadas da Europa, de forma que o estupro de mulheres negras fora utilizado como estratégia de embranquecimento da população negra brasileira. Como resultado destes estupros, o nascimento dos chamados

mestiços passou a ser a pedra angular onde se assenta o mito da democracia racial. Haveria, entre nós, uma suposta cordialidade entre as raças, disfarçando, assim, a real intenção dos colonizadores, que consistia em um projeto de embranquecimento da população brasileira e de genocídio do negro brasileiro. O que estava em jogo neste momento, era a construção de uma identidade nacional que espelhasse o sujeito moderno e europeu, reflexo de uma ideologia racista¹.

É igualmente necessário compreender como as pessoas negras eram vistas pelos colonizadores. Eles atribuíam ao negro a categoria metafísica de uma primitividade irreduzível, categoria carregada de pré-conceitos cujas raízes remontam ao cristianismo europeizado. Para eles, o negro “sofria” de um mal radical, que seria a sua condição de sujeito menor, de “primitivo”. Em outras palavras, estes seres padeciam de um desequilíbrio radical de forma que não haveria terapêutica ou salvação, caso eles não fossem convertidos ao cristianismo e aos padrões culturais e morais europeus (MUNANGA, 2019, p. 63). Este modo de operar caracterizado por localizar no outro aquilo que seria um mal radical social, não reconhecendo a sua implicação como participante e produtor de jogos de poder no tecido social, é característico do sujeito atravessado pela branquitude.

Não pensar sobre, não refletir sobre si e o outro é a regra. A desigualdade é naturalizada no cotidiano como o normal. Como perceber o próprio privilégio se o que se chama de privilégio é o que se entende como o justo? A desigualdade é a norma. Se a situação do não branco é de injustiça, logo a ideia de mérito é acionada como justificativa (MIRANDA, 2017, p. 53).

Ainda sobre a branquitude, mas em outros termos, Laborne (2017) afirma:

¹ Quanto à ideologia racista, gostaríamos de destacar a importância de se distinguir as noções de racismo estrutural e racismo institucional. Conforme Almeida (2019), o racismo estrutural é uma experiência violenta e de caráter sistêmico, constituída por um conjunto de práticas que visam subalternizar determinados corpos com o intuito de manter a hegemonia de grupos brancos sobre grupos não brancos. Desta forma, podemos compreender que o racismo é uma experiência estritamente política. Por sua vez, o racismo institucional é a via pela qual o racismo estrutural se materializa no tecido social. É por meio das estratégias de poder convencionadas – dentre elas, a branquitude –, no seio das instituições que se sustenta o racismo institucional. Convenções que estabelecem, ditam, modelam, e regulam os destinos da sociedade. Para o presente momento, esta distinção nos parece oportuna, visto que, neste artigo, sustentamos a hipótese de que a branquitude opera como um dispositivo de poder regulador dos limites da analisabilidade. Portanto, um mecanismo de poder colonialista que ganha materialidade pela via do racismo institucional.

A branquitude opera em um contexto específico. No entanto, em sua invisibilidade, esteve e está em toda parte se constituindo enquanto um obstáculo para a população negra em seus esforços de atingir uma real igualdade de oportunidades, assim como também pode se constituir enquanto um dificultador para as possibilidades de construção de uma identidade branca que busque romper com as práticas racistas. Nesse sentido, a incapacidade de reconhecer a branquitude permite que os indivíduos brancos ignorem o modo como a raça molda sua vida e como se acumulam os privilégios raciais (LABORNE, 2017, p. 96).

Na contramão daquilo que os pesquisadores sobre branquitude – acima citados – sinalizam como fundamental, é possível notar que no campo psicanalítico há um silenciamento quanto às produções relacionadas à experiência da branquitude dos próprios analistas. Para esses autores, destacar o sujeito negro como objeto de pesquisa em detrimento do sujeito branco significa silenciar os efeitos da branquitude no campo de produção científica. Segundo Schucman (2020, p. 51), “olhar para o negro nos estudos de relações raciais ajudou a contribuir com a ideia de um branco em que a identidade racial é a norma”. Desta forma, para escutarmos os desmentidos sociais, é necessário nos determos no ponto pelo qual o analista situa seu corpo e emite seu discurso (CANAVÊZ; VERZTMAN, 2021).

Paim Filho (2021), por sua vez, sinaliza que existe um mal radical institucional na psicanálise, herança do racismo estrutural. O autor evidencia como o racismo institucional é presente na psicanálise brasileira e como isso tem efeitos nefastos na escuta dos psicanalistas. Evidenciar, como diz ele, esse “ponto nevrálgico” da psicanálise tem um custo. A psicanálise chama de *enfant terrible* muitos dos psicanalistas que se movem dentro de determinada tradição crítica, a começar pelo próprio Ferenczi.

Birman (1996) nos ajuda a entender, historicamente, a postura da comunidade psicanalítica ao se defrontar com questões cruciais expressas por dois psicanalistas que encarnaram a alcunha acima referida. Diz ele:

Tausk se matou, como vocês sabem: Ferenczi foi excluído da comunidade analítica, considerado o *enfant terrible* da psicanálise, pelo menos desde 1929, quando apresentando seu célebre trabalho sobre a neocatarse num congresso internacional e teve o triste destino de morrer de uma anemia perniciosa. Tudo isso por dizer que a psicanálise do final dos anos 20 já estava se tornando anêmica e perniciosa, tinha se desvitalizado e, da forma como era exercida, fazia mal. Isto não se deve esquecer, isto é, a

Psicanálise pode fazer mal. Ela não é apenas uma espécie de doação gentil e generosa que se pode fazer às pessoas, quando se pode acolher a diferença delas; mas ela pode ter um efeito mortífero, pode destruir existências, pode acabar com a vida (das pessoas), como no caso de Tausk e de Ferenczi também (BIRMAN, 1996, p. 69).

A partir deste retrato, podemos considerar a resistência da comunidade psicanalítica quanto a certos tipos de crítica. No que tange às relações raciais, nas quais a branquitude está sempre em questão, percebemos que muitos psicanalistas brasileiros fingem constrangimento, surpresa ou franca oposição em situações nas quais são convidados a reconhecer sua brancura. É muito frequente a vasta utilização de conceitos teóricos para demonstrar que o inconsciente não tem cor ou que qualquer forma de identidade é um embuste a ser superado pela peste psicanalítica. Pouparemos o leitor de exemplos dessa natureza, já que onde quer que o assunto seja discutido, argumentos afins são como um ímã que atrai corações e mentes de nossos colegas. Em nossa opinião, este cenário é facilmente descortinado por todos aqueles que testemunhem os atuais debates sobre raça entre os psicanalistas brasileiros

Em nossa opinião, parte da comunidade psicanalítica parece estar numa posição semelhante àquela denunciada por Freud sobre o sujeito neurótico: “nada querer saber”. É necessário explicitar que não querer saber não faz com que o saber ou a experiência em questão desapareça. Antes, só os mantém de forma recalcada, na melhor das hipóteses, pois elas podem ainda encontrar a clivagem como destino. Compreender que existe na branquitude uma dimensão que se situa na ordem do recalque ou da clivagem (GONDAR, 2018), nos parece uma hipótese consistente.

No momento em que sujeitos brancos elencam como objeto de seus estudos apenas aspectos do sofrimento vividos pela população negra, opera-se então um deslocamento. Eles deslocam sua atenção para o corpo do sujeito negro como se a sua própria experiência racial não pudesse ser reconhecida como objeto de reflexão e pesquisa. Segundo Schucman (2020, p. 62): “Se há algo característico da identidade racial branca, esta característica é a invisibilidade, que se concretiza diariamente através da falta de percepção do indivíduo branco como ser racializado. A brancura é vista pelos próprios sujeitos brancos como ‘natural’ e ‘normal’”. Ainda sobre o funcionamento da branquitude, ela continua dizendo:

(...)dependendo dos interesses, ela é anunciada ou tornada invisível. Como exemplo podemos citar a discussão sobre cotas raciais, na qual a maioria dos brancos sabe e vê sua branquitude para dizer que as cotas os excluem. Contudo, (...) essa invisibilidade acontece quando uma sociedade chega ao ponto de exibir uma hegemonia e uma ideia de supremacia racial branca poderosas, em que os não brancos não têm voz nem poder para apontar a identidade racial do branco, e tampouco os brancos conseguem se perceber como mais uma das identidades raciais, mas ao contrário, eles se consideram pertencentes a uma única identidade racial normal, e, por isso, outras devem alcançá-la em níveis intelectuais, morais, estéticos, econômicos etc. (SCHUCMAN, 2020, p. 62-63).

Esses trechos retratam que, conforme as necessidades, a branquitude apresenta uma mobilidade. Esta ideologia se engaja em esbravejar, como se fosse um imperativo ético incontornável, o velho jargão: “Vidas negras importam!”, ao mesmo tempo em que esvaziam seu sentido por um uso politicamente correto e formal.

Côncios de que esta resistência se constitui como uma chaga que tende a se estender pelo corpo psicanalítico, uma tarefa se impõe para tratar a psicanálise desta necrose institucional: voltar ao divã. A clínica é soberana, como bradamos aos quatro ventos. Birman acaba de nos lembrar os caminhos de morte que a psicanálise toma quando se afasta do seu território fundamental.

Entretanto, o que significa voltar-se para a clínica quando o assunto é o racismo institucional da psicanálise? Este artigo visa defender a ideia de que nós precisamos voltar de outro modo ao divã para rever nossas histórias e experiências pessoais, tentando aquilatar como nossas vidas e nossas práticas clínicas são e sempre foram atravessadas pela branquitude.

O que está em jogo na construção da branquitude é um trauma de origem colonial derivado da suposição hegemônica de serem primitivos, ou pueris, os sujeitos não europeus. A sensação de infamiliaridade sentida pelos psicanalistas brancos, quando estes se defrontam com a sua branquitude, aponta para formas de defesa ainda a serem compreendidas. Não teremos a oportunidade de caracterizar melhor os aspectos defensivos colocados em marcha na construção de um universal branco para escotomizar o racismo que nos constitui². Mas podemos sugerir, mesmo assim, que se trate de defesas primitivas relacio-

² Sobre os aspectos defensivos em jogo na branquitude, segue a indicação dos livros: CAMARGO, Emiliano; ASSOAR, Gisele. *A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil* (2021) e BENTO, Cida; *O pacto da branquitude* (2022).

nadas à estabilização de nosso narcisismo e do jogo de forças concernentes à formação do eu ideal e do ideal de Eu. Supomos, em acréscimo, que a transmissão do racismo e do ideal de branquitude seja avassaladora, pois está na base de nossas relações primordiais.

Defendemos aqui que a branquitude se constitui como um traço de resistência dos psicanalistas ao reconhecimento do racismo como violência que os concerne. Esta forma de resistência quanto a estes aspectos de nossa clínica cotidiana no Brasil tem sua raiz no estranho familiar deste universal branco. Assim, nomeamos esta atitude defensiva de “hipocrisia da branquitude psicanalítica”.

Esta hipocrisia da branquitude psicanalítica está diretamente relacionada ao famigerado mito da democracia racial. A psicanálise brasileira, imersa em sua branquitude, esbraveja nas escolas psicanalíticas e em outros locais a fundamental importância do “desejo”. Cremos que certas concepções de desejo, abstratas e universais, são o correlato psicanalítico da falácia da meritocracia. Quem sabe existam poucos analistas negros e negras por alguma barreira no campo do desejo? Ou então, isto ocorre porque vivemos numa sociedade racista e desigual em relação à qual nada podemos fazer. Nossa contribuição como analistas será apenas a de lidar com impasses psicopatológicos, em circuitos pulsionais ou em formas de defesa, tornando possível a restauração de certa potência individual, no um a um dos sujeitos que tratamos. Ocupamos em nossa poltrona apenas uma função ungida de um necessário vazio de atributos, vazio decisivo para que o sujeito de uma análise possa se reposicionar em relação à sua história, se tornando outro, ao mesmo tempo que resgata laços perdidos com quem outrora fora. O lugar de psicanalista seria assim, um lugar potencialmente democrático. Continuando esta linha imaginária de argumentação a qual tentamos desconstruir, este lugar poderia ser ocupado por qualquer um que seja capaz de suportar o fardo de ser aquilo que precisa ser a fim de que uma análise se dê. E fazer o que for preciso fazer. Como um analista pode ser reconhecido como branco ou não branco se o analista, especialmente, é aquele que não é, sendo apenas um puro devir da solicitação transferencial? Mais ainda: como ser um analista racializado se qualquer atributo que nos qualifica e nos desloca de nosso vazio constitutivo, possui uma origem narcísica, o que sabemos ser um dos principais empecilhos, da parte do analista, para uma análise bem-sucedida? As frases acima servem para ilustrar o quão profundamente reflexões pertinentes sobre o lugar e a função dos analistas podem servir como defesa. Defesa quanto ao enfrentamento de um problema tão complexo e traumático como o racismo e a racialização de nossa sociabilidade brasileira. Defesa, sugerimos ainda, que se manifesta entre nós

quando aceitamos como natural o fato de a comunidade psicanalítica ser uma comunidade branca num país de maioria negra. Uma comunidade que impõe – ou aceita passivamente – imensas barreiras de acesso à formação de analistas negros e negras.

Sem querer descartar toda a discussão mais ampla sobre as origens e as relações sociais de poder implicadas em nosso racismo estrutural, pretendemos acrescentar, neste artigo, algo específico sobre as barreiras de acesso envolvidas no campo interno de nossa disciplina. Uma concepção de desejo com caráter metafísico é uma delas, como afirmamos acima. Ela impede o acesso de pessoas negras e não brancas a ocupar espaços de poder e de prestígio também no seio dos praticantes da psicanálise. É muito comum escutar de psicanalistas que é necessário desejo para começar uma análise, que para se tornar psicanalista é necessário ter desejo e que até o sucesso financeiro do ofício de um psicanalista depende deste tão bem-aventurado desejo do analista. Ora, o que está por trás desta narrativa? Uma concepção de desejo hiperindividualista e voluntarista. Se há demanda, por parte da população negra, de ocupar determinados espaços na esfera profissional de nossa disciplina e se há demanda por parte de sujeitos negros de se engajar numa análise, quais são as forças que resistem à formação de analistas negros e à análise de sujeitos negros? Vamos esquecer, apenas momentaneamente, as vicissitudes do capitalismo selvagem à brasileira. Hipótese por nós aventada: um obstáculo que não podemos mais “não querer saber” é nossa falta de análise sobre a branquitude em nossos divãs e nossas poltronas. O principal curto-circuito no campo do desejo diz respeito à nossa resistência em aceitar que nossa análise está incompleta num ponto decisivo. Nosso amor à verdade deveria fazer psicanalistas brancos e brancas, especialmente, seguirem os conselhos de Freud e de Ferenczi: voltemos ao divã para estancar certas atuações operadas em nosso cotidiano de sujeitos e de analistas. Atuações que são a expressão do clivado e/ou do recalcado da branquitude. Expressões do horror vivido e sofrido nos momentos precoces e contínuos da vida. Horror a que nenhuma subjetividade passa incólume em nosso país e que define como nos constituímos, quem fomos e quem podemos nos tornar.

Vale reconhecer que chegamos em um momento incontornável nas instituições psicanalíticas. Na atualidade, debater racialidades significa falar sobre a saúde do analista. Como pudemos acompanhar ao longo deste escrito, debater racialidades não implica ser humanamente solidário e desenvolver aspectos metapsicológicos da psicanálise que possam alcançar o sofrimento de pessoas negras – ou não se restringe somente a isso. Significa enfrentar as vicissitudes

do terror produzido por uma sociedade que define o destino de seus membros pela cor de suas peles, fenótipos e rituais. Significa aceitar que nenhum de nós é inocente ou neutro diante da manutenção desta violência. Significa examinar nossas vidas sob outro prisma e perceber que nossa trajetória foi definida, desde nossa pré-história subjetiva, pela benesse de certos privilégios. Significa nos responsabilizar pelo nosso quinhão e aceitar que o futuro não existirá sem a nossa participação. Significa, enfim, nos entregar à indeterminação e à invisibilidade de um percurso analítico, encarado aqui como uma nova e permanentemente retomada.

A branquitude assimilada pela psicanálise causou um impacto gravíssimo na formação dos psicanalistas e na vida dos pacientes, que até hoje sofrem com a atuação de instituições e de psicanalistas frente ao infamiliar/estranho do racismo. Muitos psicanalistas se encontram numa posição defensiva, sem nada querer saber sobre suas posturas silenciosas, ou melhor dizendo, inertes e omissas, frente à análise da branquitude. Efeitos de um sofrimento narcísico expresso pela estranheza frente àquilo que não pode ser introjetado no sentido conferido por Ferenczi (1909/2011; 1912/2011). É como se a psicanálise no Brasil fosse uma entidade abstrata e seus praticantes nunca pudessem se reconhecer como pertencentes a um reduto formado por pessoas brancas. Ou melhor, esta comunidade branca talvez seja, nessa visão defensiva, o resultado de uma meritocracia ideal, já que sempre acreditamos na potência do desejo de se tornar psicanalista ou de iniciar uma análise. Supomos que seria suficiente estarmos no lugar certo e no momento preciso para que tal mágica possa operar. Não precisaríamos criar as condições para que estes sujeitos cheguem. Isto não está a nosso alcance e este desejo de que eles chegassem seria o resquício de nossa onipotência infantil ou, quem sabe, de alguma forma de animismo primitivo. Mas contra-argumentamos: o ofício de psicanalista implica reconhecer a importância de ter vivido um estado onipotente, perceber que não podemos abandonar esta aspiração infantil sem perdas incomensuráveis, mas, ao mesmo tempo perceber que não precisamos nem podemos manter esta posição sem nos transformarmos e nos perdermos de nós mesmos. Ou seja, o desejo de transformar o mundo não é uma doença infantil da psicanálise, é a condição de seu exercício, especialmente em situações traumáticas graves, como aquelas suscitadas pelo racismo.

Hoje, mais do que nunca, o tornar-se psicanalista no mundo e, mais especificamente, no Brasil, passa por reconhecer o seu lugar racial. Não basta reconhecer a violência vivida por pessoas negras. É urgente que os analistas possam haver-se com seu próprio processo de racialização. (Re)conhecerem-se como

brancos e analisar as implicações psíquicas que o silenciamento propriamente dito da branquitude causou nos seus processos de formação subjetiva. Um analista que passou por um processo de análise e nunca analisou aspectos de sua racialidade, nunca pôde viver um processo de regressão em análise que comportasse aspectos raciais, logo não suportará viver com seus pacientes experiências regressivas desta ordem.

Algo importante a se considerar é que o sujeito branco em um país racista não pode ter o direito de se identificar com o negro ou com qualquer outro sujeito que seja descendente de uma matriz étnico-racial não europeia. É a partir desta negação do negro ou do não branco que se constituiu a identidade racial branca. É pela via da diferença a este outro negro que os sujeitos brancos foram se subjetivando em seu meio familiar. Então, abrir mão de sua branquitude significaria abrir mão de certas parcelas do amor dos seus pais e de seus semelhantes. Em última análise, significaria abrir mão de parte decisiva de si mesmo, já que, para poder se identificar com o negro, ele precisaria abrir mão de parte dos traços identificatórios que os ligam às pessoas que ama. Por outro lado, paradoxalmente, este processo exige dos analistas brancos, a afirmação e a assunção da branquitude a fim de aquilatarmos a possibilidade de abrir mão deste lugar.

Esta vivência de regressão dos sujeitos brancos em análise, em busca de abrir mão de sua branquitude, chamamos de a “branquitude em ruínas”. Neste momento de regressão, os sujeitos fazem uma travessia por aspectos que compõem a branquitude. Passam a racializar as mais variadas dimensões da sua vida psíquica tais como as suas posições socioeconômicas, suas orientações sexuais e de identidade de gênero, bem como o conjunto de marcadores sociais que os constituem. Essa travessia é muitas vezes vivida com certo espanto, como se tudo aquilo fosse muito óbvio, mas ao mesmo tempo tão distante e nunca visto. É como se pela primeira vez os sujeitos pudessem olhar o mundo com uma malícia que até então não teriam tido a oportunidade de experimentar. Vive-se esse processo com grande parcela de angústia, afinal de contas, passar por um processo de racialização implica naturalmente o estabelecimento de novos limites. Estes não impedem o sujeito de vir a ter atitudes racistas, mas constituem novas balizas. Estas passam a atuar como novas vozes para a construção de ideais, as quais lembrarão ao sujeito que existe uma nova barreira que ele próprio ajudou a construir, no que tange à injúria racial. Ou seja, todo este processo de racialização traz profundas modificações no funcionamento psíquico. À medida que o sujeito se experimenta menos integrado defensivamente em análise, ele pode estabelecer, pela via da transferência, uma

nova organização subjetiva, a um custo alto que infelizmente não pode ser abatido sob pena de não conduzir à transformação necessária.

Considerações finais

Defendemos, neste artigo, a proposta de que se não pode introjetar ou integrar a sua racialidade, o analista não terá condições de ser usado como objeto por parte de seus pacientes em vários aspectos que passam pela questão racial. Se existe algo que atravessa a constituição do povo brasileiro é a raça. A raça é o balizador que predestina os sujeitos a lugares de poder, talvez antes mesmo do gênero e da classe social no Brasil. Sendo assim, não será possível a um analista brasileiro executar bem seu ofício sem que tenha feito uma travessia de racialização no seu processo de análise pessoal.

Essas problematizações em torno da análise do analista não têm o intuito de provocar um *modus operandi* obsessivo de analisar todos os aspectos da racialidade, esgotando-os. Até porque esse esgotamento não se coaduna com nossa visão do que seja uma análise. A branquitude, como todas as forças em jogo no psiquismo, se remodela conforme as necessidades e isso diz respeito à própria qualidade do inconsciente de poder desenvolver infinitas possibilidades de expressão, de representação e de afecção. Defendemos, portanto e apenas, uma postura “suficientemente atenta” para esses aspectos que fazem parte da vida psíquica de todos os brasileiros e brasileiras.

Defendemos ainda a ideia de que a branquitude no Brasil é um instrumento colonial que funciona como operador de seletividade na produção científica e na análise pessoal dos psicanalistas. Estes são levados a silenciar aspectos raciais em suas produções teórico-técnicas e na análise pessoal, selecionando inconscientemente elementos que não lhes façam se defrontar com um infamiliar racial.

As questões apresentadas neste artigo, longe de serem esgotadas, merecem mais aprofundamento, visto que há grande necessidade de novas produções psicanalíticas relacionadas ao tema das racialidades.

Tramitação

Recebido 06/04/2022

Aprovado 11/07/2022

Referências

- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- CANAVÊZ, F.; VERZTMAN, J. S. Somos capazes de escutar os desmentidos sociais? *Ayyu: Revista de Psicologia*, v. 08, 2021.
- BIRMAN, J. Freud e Ferenczi: confrontos, continuidades e impasses. In: KATZ, C.S. (Org). *Ferenczi: história, teoria, técnica*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1996.
- CAMARGO, E.; ASSOAR, G. *A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil*. São Paulo-Porto Alegre: Hucitec Editora, 2021.
- CIDA, B. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das letras, 2022.
- FERENCZI, S. (1909). Transferência e introjeção. In: _____. *Psicanálise I*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 87-123.
- _____. (1912). O conceito de introjeção. In: _____. *Psicanálise I*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 209-211.
- _____. (1928). A elasticidade da técnica psicanalítica. In: _____. *Psicanálise IV*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 29-42.
- _____. (1918). A técnica psicanalítica. In: _____. *Psicanálise II*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 407-419.
- _____. (1932). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. (1927). O problema do fim da análise. In: _____. *Psicanálise IV*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 17-27.
- FIGUEIREDO, L. C.; COELHO JUNIOR, N. *Ética e técnica em psicanálise*. 1. ed. São Paulo: Escuta, 2000.
- FREUD, S. (1937). A análise finita e a infinita. In: _____. *Fundamentos da clínica psicanalítica*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 315-361. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 6).
- _____. (1910). Sobre psicanálise “selvagem”. In: _____. *Fundamentos da clínica psicanalítica*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 81-89.
- GONDAR, J. Um racismo desmentido. In: ARREGUY, M. E.; COELHO, M. B.; CABRAL, S. *Racismo, capitalismo e subjetividade*. Niterói: Eduff, 2018. p. 47-58.
- KUPERMANN, D. *Estilos de cuidado*. 1.ed. São Paulo: Zagodoni, 2017.
- LABORNE, A. A. de P. Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. In: MÜLLER, T. M.P.; CARDOSO, L. (Org.). *Branquitude*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 91-105.

MIRANDA, J. H. de A. Branquitude invisível - pessoas brancas e a não percepção dos privilégios. In: MÜLLER, T. M.P.; CARDOSO, L. (Org.). *Branquitude*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 53-68.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PAIM FILHO, I. A. *Racismo: por uma psicanálise implicada*. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2021. (Série Escrita Psicanalítica).

PINHEIRO, T. *Ferenczi*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016. (Coleção clínica psicanalítica).

SCHUCMAN, L. V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.